



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Desenvolvimento Regional

2.3.2010

DOCUMENTO DE TRABALHO

sobre o futuro relatório "Alcançar a coesão económica, social e territorial – uma condição *sine qua non* para uma competitividade global?"

Comissão do Desenvolvimento Regional

Relator: Petru Constantin Luhan

Introdução

O objectivo do presente documento de trabalho é definir o enquadramento do futuro relatório intitulado "Alcançar a coesão económica, social e territorial – uma condição *sine qua non* para uma competitividade global?". O documento expõe também a metodologia que será aplicada na elaboração do relatório e as questões fundamentais que, no entender do relator, devem ser respondidas. O documento de trabalho inclui ainda os principais aspectos que serão apresentados e analisados no projecto de relatório.

O relatório irá lançar o debate, no Parlamento Europeu, sobre os princípios orientadores para o futuro da política de coesão, o seu conteúdo e a forma como a coesão económica, social e territorial deve contribuir para o cumprimento dos objectivos da estratégia "UE 2020".

O relator, considerando que o título do relatório permite uma abordagem alargada, gostaria de clarificar dois aspectos importantes:

- o relatório procurará analisar as perspectivas de crescimento económico competitivo da UE, no plano global;
- a análise focalizar-se-á em dois domínios, nomeadamente a competitividade económica e as infra-estruturas, e atribuirá especial atenção aos doze Estados-Membros mais recentes.

Objectivo do relatório

O relatório será apresentado em conformidade com os objectivos e as modalidades de aplicação definidos no quadro das actividades previstas para a sétima legislatura do Parlamento. Intitulado "Alcançar a coesão económica, social e territorial – uma condição *sine qua non* para uma competitividade global?", o relatório será elaborado pela Comissão do Desenvolvimento Regional, terá carácter não legislativo e será preparado e apresentado à comissão REGI pelo relator designado.

Tendo em conta a actual crise económica, a globalização, os desafios da gestão de situações surgidas a nível nacional e regional, bem como a necessidade de preparar o novo período de programação, com início em 2014, a nível da UE, é indispensável uma análise específica, destinada a estabelecer as directrizes a seguir para que a União possa alcançar um crescimento económico competitivo a nível global.

O relatório procurará analisar quais as medidas e qual a base que permitirão à política de coesão da União, nas suas três vertentes (económica, social e territorial), contribuir para uma economia europeia competitiva a nível global.

O relatório procurará também identificar meios eficazes e adequados para definir o conteúdo da política de coesão, para o período de programação 2014-2020, com vista ao cumprimento dos objectivos da estratégia "UE 2020".

Fontes

1. Resoluções e relatórios do Parlamento

- Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de Março de 2009, sobre melhores práticas no domínio da política regional e entraves à utilização dos Fundos Estruturais (2008/2061(INI)) - P6_TA(2009)0156;
- Resolução do Parlamento Europeu, de 21 de Outubro de 2008, sobre a governação e a parceria a nível nacional e regional, e como base para projectos, no domínio da política regional (2008/2064(INI));
- Relatório sobre o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia e o estado do debate sobre a futura reforma da política de coesão (2008/2174(INI)), relator: Lambert van Nistelrooij, Comissão do Desenvolvimento Regional;
- Relatório sobre o quarto relatório sobre a coesão económica e social 2007/2148(INI)), relator: Ambroise Guellec, Comissão do Desenvolvimento Regional.

Extremamente importante é também:

- An agenda for a reformed Cohesion Policy – A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations [Uma agenda para uma política de coesão reformada – Uma abordagem territorial aos desafios e às expectativas da União Europeia]; relatório independente elaborado a pedido de Danuta Hübner, Comissária responsável pela Política Regional, por Fabrizio Barca, Abril de 2009.

Com a ajuda das fontes supramencionadas, será apresentada uma análise das propostas sobre as formas como a política de coesão deve responder ao desafio de cumprir os objectivos da Estratégia de Lisboa e da futura estratégia "UE 2020".

2. Estudos encomendados pelo Parlamento

- The future of cohesion policy after 2013 [O futuro da política de coesão após 2013], Parlamento Europeu, Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de Coesão, PE 408.970, Fevereiro de 2009;
- An analysis of value added in the context of EU structural financing [Uma análise do valor acrescentado no contexto do financiamento estrutural da UE], Parlamento Europeu, Direcção-Geral das Políticas Internas da União, PE 419.107, Junho de 2009.

O relator chamará a atenção para o papel cada vez mais importante das regiões na construção da Europa e apresentará uma análise detalhada dos problemas relacionados, no contexto da globalização e da crise económica.

3. Relatórios intercalares da Comissão Europeia

- Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social – COM(2007)273

- Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social – Regiões em crescimento, Europa em crescimento – COM(2008)371
- Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social – Regiões criativas e inovadoras – COM(2009)295

Os relatórios da Comissão apresentam o impacto das políticas de coesão a nível nacional e regional, assim como o papel essencial de determinados sectores na reconstrução económica, no contexto do desenvolvimento regional.

4. Comunicações da Comissão Europeia

- COM(2009)617 – 20.º Relatório anual sobre a execução dos fundos estruturais (2008);
- COM(2008)301 – Resultados das negociações referentes a estratégias e programas da política de coesão para o período da programação de 2007-2013;
- COM(2009)647 – Documento de trabalho da Comissão – Consulta sobre a futura estratégia "UE 2020".

A redução das desigualdades regionais tem sido uma das principais preocupações da UE, enquanto condição para promover a competitividade e o progresso da economia baseada no conhecimento. Os Quadros de Referência Estratégicos Nacionais definem as prioridades e as necessidades dos Estados-Membros que beneficiam deste tipo de políticas.

5. Serão também apresentados dados do Banco Europeu de Investimento, indicando os domínios para os quais as regiões e os Estados-Membros contraíram empréstimos.
6. Os pareceres do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social Europeu serão igualmente objecto de uma análise exaustiva.

Além disso, nas últimas fases de elaboração do relatório, serão incluídos dados e análises referentes à utilização dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, no período de programação 2007-2013 (a publicar pela Comissão Europeia).

7. Relatório sobre a Competitividade Global 2009-2010 (Fórum Económico Mundial)

O Relatório sobre a Competitividade Global contribui para uma melhor compreensão dos factores que determinam o crescimento económico e explica por que motivo alguns países são mais bem-sucedidos do que outros na elevação do nível de rendimento dos seus cidadãos e no aumento das oportunidades destes. O relatório do Fórum Económico Mundial define a competitividade global em função de um conjunto de instituições, de políticas e de factores que determinam o nível de produtividade de cada país. Os autores argumentam que existem doze factores que influenciam a competitividade global e procedem à sua análise relativamente a cada um dos países.

É concedida particular atenção aos seguintes documentos:

- Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão *"Regiões 2020 – uma avaliação dos desafios futuros para as regiões da UE"* (SEC(2008)2868);
- *The Future of Cohesion Policy in Richer Regions [O Futuro da Política de Coesão nas Regiões Mais Ricas]* (Iain Begg) – conjunto de documentos breves sobre investigação e indicadores regionais, elaborado pela Direcção-Geral da Política Regional, Março de 2009.

Metodologia

Com base na informação e nos dados resultantes da análise dos documentos supramencionados, e recordando que vários relatórios sobre o tema da coesão estão a ser examinados pela Comissão do Desenvolvimento Regional, o relator irá analisar:

- 1) a relação entre a política de coesão, o seu conteúdo e a competitividade global da UE;
- 2) a necessidade de aumentar a competitividade económica e de a sustentar por meio de uma infra-estrutura adequada, com características semelhantes em todas as regiões da UE e que funcione como pilar da competitividade global.

O ponto de partida será uma análise das prioridades definidas pelos doze novos Estados-Membros nos Quadros de Referência Estratégicos Nacionais e dos principais domínios para os quais solicitaram financiamento dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, assim como empréstimos do BEI. Incluídas estarão também informações sobre o facto de as regiões da Europa Oriental e do Sul serem as mais afectadas pela globalização e pela crise económica.

Com vista a fazer face a estes desafios e a contribuir para o cumprimento dos objectivos da estratégia "UE 2020" e para o aumento da competitividade económica global da União, o relator irá apresentar várias propostas relativas às formas como a política de coesão poderá ajudar a sustentar o desenvolvimento económico e social na UE.

Contexto

As desigualdades regionais são um dos principais problemas que afectam a UE alargada, no contexto da globalização, das alterações climáticas e do declínio populacional. A União tem como objectivo atingir, até 2020, como é afirmado no documento COM (2009)647, uma nova economia de mercado sustentável e uma economia mais inteligente e mais verde, em que a inovação gera prosperidade, com base numa melhor utilização dos recursos, e cujo principal motor é o conhecimento.

O contexto do relatório é fornecido pelos dois seguintes factores:

1. A construção do futuro da Europa depende da existência continuada de uma base comum e coerente, que assegure o desenvolvimento, por meio da redução das desigualdades regionais e da promoção das principais prioridades. Estas devem ser

específicas a cada região, uma vez que a UE alargada inclui níveis variados de desenvolvimento e, por conseguinte, necessidades diferenciadas. A política de coesão deve assegurar um quadro flexível, adaptado aos diferentes pontos de partida e às especificidades regionais e nacionais, a fim de incentivar o desenvolvimento, de forma complementar, assim como a utilização mais eficaz possível dos recursos. É também necessário garantir um equilíbrio adequado entre a política de criatividade e inovação e outras políticas.

2. A competitividade global da UE pode ser assegurada através da identificação de limites e de entraves e de uma proposta de perspectivas realistas para o desenvolvimento, que permitam à União dar o exemplo, no palco mundial.

Propostas iniciais a considerar

No presente documento de trabalho, o relator definiu o enquadramento proposto para o relatório.

Nesta medida, os seguintes aspectos serão cruciais:

- apresentação dos critérios aplicados a nível mundial para avaliar a competitividade económica;
- apresentação das prioridades e dos principais domínios para cada um dos doze novos Estados-Membros que solicitaram financiamento dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, assim como empréstimos do BEI;
- correlação entre as necessidades regionais e nacionais, no domínio do desenvolvimento de infra-estruturas, e o objectivo de estimular a competitividade económica europeia, enquanto pilar da competitividade global;
- propostas relativas a vários elementos da futura política de coesão europeia, no contexto da estratégia "UE 2020".

Posições iniciais do relator

Na opinião do relator, o período de programação 2007-2013 demonstrou, por meio das prioridades estabelecidas pelos países beneficiários da política de coesão, que as infra-estruturas são percebidas pelos doze novos Estados-Membros como uma condição *sine qua non* para estimular a competitividade económica. Os domínios para os quais foram solicitados empréstimos do BEI são: infra-estruturas, ambiente e desenvolvimento social e económico. O relator considera ainda que continua a ser necessário aumentar o investimento nas infra-estruturas, sobretudo tendo em conta a situação actual, em que as regiões dos doze novos Estados-Membros são as mais afectadas pela crise, além de serem as mais vulneráveis à globalização. O desenvolvimento só poderá ocorrer nestas regiões mediante a aquisição das infra-estruturas necessárias para assegurar a acessibilidade e a função social e educativa das normas comuns a todos os cidadãos da União. Será dada uma atenção específica aos meios de assegurar a protecção continuada do ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Procedimento

O presente documento de trabalho será debatido na reunião da Comissão do Desenvolvimento Regional, que terá lugar em 17 e 18 de Março de 2010.

O relator convida todos os membros da comissão REGI a participarem activamente no debate sobre o presente documento de trabalho e a fazerem-lhe chegar as suas ideias, opiniões e propostas.

Será apresentada uma análise completa no projecto de relatório.